



**Centro de
Cultura
Luiz Freire**

Democracia
e Direitos Humanos

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANO 2016

NOME DA ENTIDADE: CENTRO DE CULTURA PROFESSOR LUIZ FREIRE - CCLF

CNPJ: 10.400.661/0001-68

E-MAIL: cclf@cclf.org.br

ENDEREÇO: Rua 27 de Janeiro, nº 181/181-A - Carmo

MUNICÍPIO/UF: Olinda / PE

CEP: 53020-020

O CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE

O Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) é uma organização não governamental de direitos humanos, que surge em 1972, a partir de um grupo que buscava a restauração da democracia, por meio de atividades culturais e projetos de desenvolvimento comunitário, durante o período autoritário da Ditadura Militar brasileira. O CCLF participou do processo de redemocratização e também contribuiu para o movimento de reordenamento político-institucional do País, e no fortalecimento das organizações populares e comunitárias. Atualmente, a maioria das ações do CCLF volta-se para a defesa e promoção dos DhESCs (direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e culturais), em sua universalidade, indivisibilidade e interdependência, com foco nos Direitos à Educação; à Comunicação; e à Participação Social e Política; tratando-se transversalmente as questões de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual e das pessoas com deficiência.

O quadro da diretoria da instituição é formado por profissionais atuantes na defesa dos direitos humanos e da democracia hoje composto por um Conselho Diretor e pelo Conselho Fiscal. Além de um corpo executivo das áreas meio e programáticas.

1. OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE:

Desenvolver e fortalecer práticas democráticas com incidência nas políticas e na gestão pública que efetivem direitos humanos, com foco na comunicação, educação e cultura;

Contribuir para a promoção de uma cultura democrática na sociedade, a partir da reafirmação dos direitos humanos, na perspectiva de gênero, orientação sexual, raça e etnia, geração e das diferenças físicas e mentais;

Contribuir na promoção do desenvolvimento como direito humano, em comunidades urbanas e rurais, prioritariamente com povos indígenas e comunidades quilombolas.

OBJETIVOS DA ENTIDADE – ESTATUTO SOCIAL:

- I) Produzir conhecimentos, realizar pesquisas e promover debates destinados a subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que efetivem Direitos Humanos;
- II) Monitorar a gestão pública e as políticas públicas enquanto efetivação dos Direitos Humanos;
- III) Combater práticas clientelistas, autoritárias, excludentes e corruptas no âmbito do público e do privado;
- IV) Promover ações judiciais ou extra-judiciais que visem impedir ou anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural e aos direitos da cidadania;
- V) Desenvolver atividades de formação de educadores(as) que atuam nas organizações populares e no sistema público de ensino, bem como de formação profissional;
- VI) Promover o direito humano à comunicação e à cultura, através da formação e mobilização de sujeitos, do diálogo com o poder público e da produção e divulgação de conhecimentos, por meios próprios e outros veículos de comunicação;

- VII) Fortalecer a organização autônoma e a intervenção qualificada de atores individuais e coletivos, que concorram para a democratização da gestão pública e o desenvolvimento local;
- VIII) Proporcionar apoio técnico e financeiro a experiências comunitárias de educação, comunicação, cultura e assistência social;
- IX) Manter relações de intercâmbio, solidariedade e cooperação com organizações congêneres e firmar convênios e contratos de parceria com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, de direito público ou privado, visando a concretização dos objetivos sociais.

VISÃO:

“A crença num modelo de Sociedade, que venha alterar a realidade de pobreza, exclusão social, desigualdade, preconceito e discriminação, modelo este construído sob o auspício da participação coletiva e ativa dos diversos sujeitos sociais, em que a pluralidade cultural, étnica, geracional, de gênero e de orientação sexual seja valorizada e aceita como determinante na construção da democracia”.

MISSÃO:

“Contribuir para a radicalização da democracia na Sociedade, promovendo a expansão, qualificação e consolidação da participação cidadã e da prática dos Direitos Humanos, vivenciados como um processo educativo e cultural”.

CAMPOS DE ATUAÇÃO

Educação, Comunicação, Cultura e Democratização da Gestão Pública são os campos de atuação do CCLF hoje. Desenvolvidos a partir de eixos amplos e interdependentes: formulação e monitoramento de políticas públicas; articulação e cooperação, formação, produção e disseminação de informações e de conhecimentos e desenvolvimento institucional. O CCLF também promove a mobilização de diversos sujeitos (individuais e coletivos) para realização de atividades educativas e culturais na cidade de Olinda. Todas as atividades institucionais têm como perspectiva contribuir para a efetivação dos Direitos Humanos.

PÚBLICOS E PARCEIROS

Os públicos do CCLF são os/as excluídos/as do acesso ao efetivo a direitos que garantem a cidadania; os grupos politicamente organizados e as entidades da sociedade civil; o Estado; e a sociedade em geral. Os/as parceiros/as são todos/as aqueles/as que compartilham com a ideia de centralidade da democracia e da sua radical incompatibilidade com os processos de exclusão.

2.ATIVIDADES:

2.1 - DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Concretiza a ação política do Centro de Cultura Luiz Freire e de seus parceiros/as nos setores público e privado, promovendo o debate, a proposição e o monitoramento das políticas e da gestão pública. A contribuição do CCLF encontra-se focada nos direitos à **comunicação, educação e cultura e na democratização da gestão pública**, com a perspectiva de avançar para universalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos. Atualmente para concretizar essas ações realizamos as seguintes atividades:

2.1.1 - PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO E INCIDÊNCIA SOCIAL PELO DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO

Há mais de três décadas, o CCLF desenvolve ações voltadas à promoção do direito humano à comunicação e democratização do acesso aos meios que o efetivam, articulando-se com diversas parcerias em âmbito local e nacional. Essa história começou com a produção audiovisual popular

realizada pela TV Viva, considerada a primeira tevê “de rua” da América Latina. No início dos anos 2000, a entidade passou a atuar na incidência junto à sociedade e ao poder público. Atualmente, as atividades do CCLF nesta área se dedicam à formação em direitos, monitoramento e exigibilidade de políticas públicas, produção e veiculação de conhecimentos, leitura crítica da mídia, ampliação do acesso à informação e denúncia e judicialização de violações de direitos por veículos de comunicação. Tais ações são contínuas e atualmente desenvolvem com o apoio da Fundação Ford, parceira histórica da nossa instituição, dentro do escopo do projeto *Fortalecimento Institucional para incidência em Direitos Humanos*.

No campo da formação, o programa realiza oficinas que buscam tanto difundir o direito humano à comunicação e o acesso à informação como estimular a reflexão crítica e a atuação cidadã na luta por sua efetivação através de práticas construtivas, além de produzir e participar de rodas de diálogo e debates promovidas por organizações parceiras. As oficinas podem ser solicitadas por qualquer coletivo, entidade, instituição de ensino, etc.. Durante o ano de 2016, através dessas atividades, o CCLF atingiu cerca 1.772 pessoas em todo o estado de Pernambuco, 212 delas com oficinas e 1.560 como público de debates, palestras e rodas de diálogos nos eventos relacionados a seguir.

Oficina sobre a Lei de Acesso à Informação para a comunidade de um assentamento rural no município de Abreu e Lima, promovida em parceria com o Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH). Público: 30 pessoas. Fevereiro/2016.

Cine-debate “Mídia e Democracia” promovido por docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) em Barreiros, Zona da Mata Sul do Estado. Na ocasião, foi exibido o vídeo “Cordel da Regulação da Comunicação”, produzido pelo CCLF. Público: 100 pessoas. Fevereiro/2016.

- Debate durante o evento “Entre Nós”, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Público: 50 pessoas. Abril/2016.
- Cine-debate com alunas e alunos de comunicação social da UFPE. Público: 50 pessoas. Abril/2016.
- Cine-debate com alunas e alunos da Universidade Joaquim Nabuco, durante a “Semana de Jornalismo”. Público: 100 pessoas. Abril/2016.
- Debate sobre “Mídia e Democracia” no Acampamento pela Democracia, ocupação pública realizada por movimentos sociais na Praça do Derby/Recife. Público: 200 pessoas. Abril/2016.
- Oficina sobre direito humano à comunicação para estudantes dos cursos de Comunicação Social da UFPE, a convite da professora Patrícia Horta, como atividade complementar à disciplina “Comunicação e Políticas Públicas”. Público: 25 pessoas. Abril/2016.
- Roda de diálogo “Comunicação pública e Cultura: o que você não vê na Globo”, durante ocupação da delegacia regional do Ministério da Cultura, #OcupaMinC. Público: 20 pessoas. Junho/2016.
- Debate sobre acesso à informação durante a Conferência Livre de Mobilidade do Recife (ColMob). Público: 40 pessoas. Julho/2016.
- Oficina “Comunicar é Direito: liberdade de expressão em tempos de luta pela democracia”, proposta do CCLF incluída na programação do Frepop – Fórum Internacional de Educação Popular -, realizada com estudantes, educadoras e educadores populares de diversas regiões do país. Público: 12 pessoas. Julho/2016.
- Participação/Palestra, no lançamento do Programa Cisternas nas Escolas, realizado pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil). Público: 100 pessoas. Julho/2016.
- Oficina “Formação Política e Comunicação”, com jovens multiplicadores da agroecologia como parte das comemorações dos 23 anos da ONG Centro Sabiá. Público: 25 pessoas. Julho/2016.
- Cine-debate “Mulheres, Mídia e Violação de Direitos Humanos”, acompanhado da exibição da obra “Quem Matou Eloá?”, em sessão especial comemorativa aos 10 anos da Lei Maria da Penha, realizada no Cinema São Luiz organizada pelo movimento Mulheres no Audiovisual, a ONG SOS Corpo, Grupo Curumim e Coletivo Mulher Vida. Público: 500 pessoas. Agosto/2016.
- Roda de diálogo sobre comunicação pública em Pernambuco promovida pelo PSOL de Pernambuco. Público: 50 pessoas. Setembro/2016.

- Roda de diálogo “Ciranda da Comunicação”, evento de apresentação de propostas na área pela sociedade civil ao candidato a prefeito João Paulo (PT), no Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco – Sinttel. Público: 40 pessoas. Setembro/2016.
- Participação no evento de checagem de dados “Detector de Mentiras”, realizado pela ONG Meu Recife, durante os dois debates com candidatos à Prefeitura do Recife. Público: Indefinido. Setembro e outubro/2016.
- Promoção da Semana Nacional pela Democratização da Comunicação em articulação com o Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom) e o Observatório de Mídia da UFPE, com a realização de atividades formativas e de discussão em instituições de ensino da Região Metropolitana do Recife. Público: 215 pessoas. Outubro/2016.
- Oficina “Ética e Novas Mídias, uso e responsabilidade nas redes sociais”, no II Encontro da Juventude do Pólo da Borborema, em Campina Grande - PB, promovido pela ASPTA/ ASA. Público: 100 pessoas. Outubro/2016.
- Roda de diálogo “Comunicadoras Negras” na Semana de Comunicação Popular, evento organizado pelo Centro de Comunicação e Juventude (CCJ) que contou com a participação de diversas ativistas pernambucanas do campo da comunicação e da cultura. Público: 60 pessoas. Outubro/2016.
- Debate “A luta popular urbana e os desafios da construção do bem viver e do direito à cidade”, em seminário nacional realizado pela ONG FASE, com a participação de representantes de organizações e movimentos sociais. Público: 50 pessoas. Novembro/2016.
- Oficina “Mídia e as ocupações”, na ocupação secundarista do Colégio Ginásio Pernambucano contra a PEC55. Público: 20 pessoas. Novembro/2016.
- Debate “Os cineclubes e os Direitos Humanos à Comunicação e Cultura”, no 4º Encontro de Cineclubes de Pernambuco, evento promovido pela Federação Pernambucana de Cineclubes e Fundarpe. Público: 20 pessoas. Dezembro/2016.

Ainda no fim de 2016, o Centro de Cultura Luiz Freire participou de reuniões de articulação entre docentes do Departamento de Comunicação Social da UFPE com coletivos de mídia independente, ONGs e movimentos sociais para a produção, no ano seguinte, do programa Fora da Curva, na Rádio Universitária FM, como atividade de extensão acadêmica.

Não existe garantia do direito humano à comunicação sem acesso amplo de todos os setores da sociedade aos meios de se comunicar com a totalidade do corpo social, dentre eles a radiodifusão ainda se configura no mais importante e efetivo. Assim, um dos principais focos do Centro de Cultura Luiz Freire na luta pela garantia desse direito é a exigibilidade de políticas que não só fortaleçam e ampliem a comunicação pública, mas também implantem uma gestão democrática de seus veículos pela via da participação social constante e da excelência desta sobre qualquer interferência governamental, direta ou indireta, através de mecanismos deliberativos apropriados. Para fortalecer essa caminhada em busca de uma mídia mais democrática, o CCLF é umas das entidades fundadoras do Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom), que há mais de dez anos articula indivíduos e entidades interessadas em atuar localmente na área. O Fopecom se reúne mensalmente e, no ano de 2016, concentrou sua atuação na cobrança da implantação da Rádio Frei Caneca do Recife, de investimentos necessários para digitalização do sinal da TV Pernambuco, emissora do governo estadual, além da implantação de um modelo democrático de gestão participativa nos veículos que integram o Núcleo de Rádios e TV Universitários da UFPE (NTVRU).

Neste ano, obtivemos uma importante conquista na histórica pauta da Rádio Frei Caneca, emissora pública educativa da Prefeitura do Recife criada por lei no ano de 1960 e que, após mais de meio século, veio a ter efetiva existência, com o início de suas transmissões no dia 30 de junho de 2016. A rádio foi uma conquista direta das ações que o CCLF empreendeu em conjunto com o Fopecom durante a Semana pela Democratização da Comunicação de outubro de 2015. Com o início das transmissões, intensificamos a exigência pelo atendimento às propostas elaboradas pela sociedade civil para a

emissora no ano de 2014. Em setembro, utilizando-se de matéria publicada no nosso site OmbudsPE, o CCLF tornou pública - através de uma convocação massiva pelas redes sociais - uma reunião que havia sido divulgada apenas por e-mail para algumas entidades e que visava ratificar tais propostas para a rádio. Como resultado, o auditório do Museu Aluísio Magalhães acabou lotado, com um público que excedeu 50 pessoas. O fato foi importante para corrigir e consolidar questões fundamentais, como a de um conselho deliberativo para a rádio. A partir dessa reunião, nossa entidade passou a integrar um novo grupo de trabalho que visa acompanhar a implantação da rádio e garantir o respeito às propostas da sociedade e o caráter verdadeiramente público e plural da emissora. Durante o ano, o grupo realizou oito reuniões. Porém, a gestão da rádio se mostrou pouco eficiente na condução dos encaminhamentos e a Prefeitura continuou omissa em questões como a previsão orçamentária da Frei Caneca, perspectiva de contratação de pessoal e a aplicação da verba parlamentar destinada à rádio pelo Legislativo estadual no ano de 2015.

Em agosto de 2016, o CCLF se elegeu para ocupar uma das vagas da sociedade civil no Conselho Administrativo da Empresa Pernambuco de Comunicação (EPC), responsável pela administração da TV Pernambuco. Nos meses de setembro e outubro, foi protocolado, por duas vezes, ofício na Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão – SEPLAG, solicitando o agendamento de uma reunião com o secretário titular da pasta, a fim de se discutir a previsão orçamentária, na LOA do ano de 2017, para a digitalização e requalificação material e pessoal da TV Pernambuco - visto que, no mês de julho de 2017, se encerrará as transmissões analógicas na Região Metropolitana do Recife e a geração do sinal da TV ainda não foi digitalizada. Porém, a secretaria protelou a responder e se omitiu frente à solicitação.

No início do ano, participamos do grupo da sociedade civil que se reuniu com o reitor da Universidade Federal de Pernambuco com o intuito de exigir a implantação das propostas encaminhadas à administração da instituição pelo Comitê de Conteúdo, formado por representações de entidades locais. Dentre elas, estão a criação e o regimento do Conselho Curador dos veículos do NTVRU e a adoção de critérios mais transparentes na cessão de espaços na grade de programação das emissoras, da proibição do uso deles para autopromoção de iniciativas particulares dos próprios comunicadores e criação de um corpo jornalístico próprio do núcleo, além de demandas por recursos humanos necessários para uma programação de qualidade.

No primeiro semestre de 2016, o CCLF ainda se mobilizou contra irregularidades constatadas no processo de implantação do canal próprio de TV da Assembleia Legislativa de Pernambuco, intitulada TV ALEPE. Realizando pedidos de informações que evidenciaram a atenção da sociedade civil para a questão e causando a reversão do quadro.

Como parte do monitoramento das políticas públicas de comunicação municipais e estaduais, realizamos, em parceria com o Centro Popular de Direitos Humanos, diversos pedidos de informação sobre as demandas sociais para veículos públicos de comunicação acima citados e a respeito de gastos de governos com publicidade oficial, que se constituem, infelizmente, no foco das políticas estatais de comunicação e financiam a mídia privada e o oligopólio empresarial que a controla. Tais informações, serviram para qualificar a incidência do CCLF e outras entidades e divulgar à sociedade o triste quadro da comunicação pública em Pernambuco. Nessa perspectiva, CCLF e CPDH também iniciaram, no final de 2016, a preparação de uma ação popular contra o Governo de Pernambuco, que em pleno ano eleitoral, injetou mais 17,4 milhões de reais no orçamento previsto para publicidade oficial, retirando o valor da dotação orçamentária prevista para a amortização da dívida pública estadual, um acréscimo de 32% à previsão inicial da rubrica na LOA de 2016.

Nacionalmente, o CCLF integra o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que reúne organizações de todo o Brasil desde a década de noventa e constitui-se o principal espaço de discussão sobre este direito no campo da sociedade civil brasileira. Em abril de 2016, durante a 19ª Plenária do Fórum, fomos eleitos para o seu Conselho Deliberativo para a gestão do período 2016-2018,

tendo reconhecido o papel de nossa entidade para articulação regional e nacional na luta pela democratização das comunicações. A partir da primeira reunião do Conselho Deliberativo do FNDC, em setembro, participamos da construção da campanha nacional “Calar Jamais!” contra violações à liberdade de expressão no país, lançada em outubro deste mesmo ano e que já têm recebido denúncias de diversos estados. Em relação às pautas nacionais, levamos denúncias às diversas mobilizações locais contra o afastamento da presidenta eleita, Dilma Rousseff. Um exemplo foi o ato realizado no dia 5 de maio, eleito como o Dia Nacional Contra o Golpismo Midiático, junto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em frente a sede do Jornal do Commercio no Recife. Também pautamos as iniciativas do governo que assumiu a presidência sem o crivo popular, realizando verdadeiro desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com a alteração da lei que a regulamenta através de medida provisória, deturpando seu caráter público – especialmente, pela extinção do seu Conselho Curador, uma das principais conquistas da participação social na comunicação pública do país.

Na produção e veiculação de conhecimentos sobre o direito humano à comunicação, se destaca ainda o lançamento do livro “Sobre a Mídia que Queremos: Comunicação Pública, Direitos Humanos & Democracia” que conta com diversos artigos de colaboradoras e colaboradores, da academia e dos movimentos sociais brasileiros e de outros países da América Latina. A obra foi produzida pelo CCLF em parceria com a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e tem como organizadores Ivan Moraes Filho e Juliano Domingues.

Os sites do CCLF (institucional e o OmbudsPE) permanecem instrumentos de vazão de informações contra-hegemônicas sobre direitos humanos e comunicação no nosso estado e no país. Na nossa página do Facebook, já temos mais de 5.000 seguidores (em 01/12/2015 o número de curtidas era 3.577, enquanto em 30/11/2016 passou para 5.175). Realizamos 436 postagens, com um total de 92.966 interações (curtidas, compartilhamentos, comentários, vídeos assistidos) através da página, que também alcançou 522.121 usuários no período.

No aspecto da ampliação do acesso à informação pública em Pernambuco, durante o ano de 2016, CCLF e CPDH realizaram mais de 40 pedidos de acesso à informação a diversos entes da Prefeitura da Cidade do Recife, do Governo de Pernambuco e do Governo Federal que versaram, em sua maioria, a respeito de veículos públicos de comunicação, questionando a respeito de orçamentos, gastos, contratos, implementação de instâncias de participação social, etc. No mês de março, tivemos uma reunião com a ONG Artigo 19 Brasil, em São Paulo, para trocar experiências sobre pedidos de informação com vista a embasar um futuro planejamento de avaliação a respeito da transparência estatal no estado de Pernambuco. Desde então, a parceria com a entidade tem se estreitado e propiciou uma reunião, realizada em dezembro, na sede do CCLF, para agendamento do lançamento local do relatório da pesquisa “Violações ao Direito de Protesto no Brasil: 2015-2016”, da Artigo 19, no início do ano de 2017.

No campo da atuação contra violações de direitos pela mídia pernambucana e nacional, o CCLF tem promovido ações de judicialização e representações a órgãos competentes em parceria com o CPDH. Além de se integrar a articulações de mesmo objetivo com outras entidades nacionais. Assim, frente a muitas dificuldades, alcançamos conquistas pequenas, mas expressivas, durante o ano de 2016. Em janeiro, respondendo a uma representação realizada por tal parceria, a Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco (Sinjope) condenou o apresentador de televisão Joslei Cardinot e outros dois profissionais da TV Clube de Pernambuco por violação do código de ética profissional devido a uma reportagem em que a imagem de uma jovem foi veiculada de maneira abusiva e sem autorização. Insatisfeito com sua condenação, o apresentador recorreu à Comissão Nacional de Ética (CNE) da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ. No dia 25 de julho de 2016, o órgão ratificou a condenação do apresentador na instância estadual e ele, descontente, acabou por solicitar sua desfiliação do sindicato. Os outros dois profissionais envolvidos na reportagem também

foram advertidos com uma “penalidade de observação”, a mais branda prevista no regimento. A ação de indenização por danos morais de nº 0035071-90.2015.8.17.0001, proveniente de assessoramento ao mesmo caso, ainda se encontra em fase de instrução, sem sentença, e continua sendo acompanhada pelo CCLF e CPDH.

Em março de 2016, o CCLF foi procurado para auxiliar em outro caso resultante de uma reportagem veiculada em rede nacional pela TV Record com o nome de “Mulheres do Mangue”. Nela, a emissora expôs a rotina de mulheres que vivem nos arredores da Ponte do Limoeiro, no bairro de Santo Amaro, centro do Recife. Essas mulheres vivem em condições de vulnerabilidade social e econômica frente à sua situação de dependência química e prostituição. O programa da Record expôs, em diversos momentos, a imagem de mulheres que não teriam autorizado a equipe de reportagem a filmá-las, violando, flagrantemente, seus direitos à preservação da imagem, à privacidade e à dignidade. Durante o ano, realizamos encontros com as vítimas para sensibilizá-las a reagir às violações, conseguindo convencer duas delas, além de fazer consultas a profissionais de outras partes do país com experiência em casos parecidos, com o intuito de elaborar ação cível e popular e encaminhá-las para ajuizamento perante à Justiça Estadual de Pernambuco.

Em julho de 2016, o CCLF foi convidado pelas ONGs ANDI e Intervozes a participar de um evento em Brasília para a articulação de entidades de todo país contra as violações de direitos por programas ditos policiarescos. A iniciativa foi provocada pela pesquisa “Violações de Direitos na Mídia Brasileira”, realizada pelas duas instituições, que, a partir do monitoramento desse tipo de programas em dez capitais brasileiras, constatou mais de 4 mil infrações legais e de direitos humanos durante apenas 30 dias. Essa articulação se consolidou na campanha “Mídia sem Violações de Direitos” ao longo do resto do ano (<http://www.midiasemviolacoes.com.br/>)

• **PÚBLICO:**

Toda sociedade, sem segmento específico, do estado de Pernambuco e do Brasil.

• **QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS:**

1.772 pessoas em formações e outros eventos de difusão do direito humano à comunicação;

03 pessoas em assessoria à violação de direitos pela mídia;

Indefinida em relação à veiculação de informações a respeito das temáticas, mas com estimativa de alcance de 522.121 usuários, de acordo com padrões utilizados pelo Facebook.

• **DIA/HORÁRIO/PERIODICIDADE:**

As atividades deste programa acontecem diuturnamente, de forma a atender às demandas sociais em diversos períodos, seja com a participação em eventos (mesmo em fins de semana), no levantamento de dados e na produção de conteúdos informativos.

• **RECURSOS HUMANOS:**

Profissão	Função no Programa	Quantidade	Carga horária semanal	Vínculo com a entidade
Sociólogo	Coordenador	01	30h	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Jornalista	Jornalista	01	30h	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Advogado	Advogado	01	Por produto	Contrato Pessoa Jurídica
Estudante	Estagiária de comunicação	01	20h	Contrato estágio

• **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:**

Nacional, estadual ou municipal, de acordo com a atividade realizada.

• **RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DA ATIVIDADE REALIZADA:**

Difusão de informações sobre direito humano à comunicação a diversos segmentos da sociedade pernambucana e brasileira; eleição de representação para o Conselho Deliberativo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; eleição de representação para o Conselho Administrativo da Empresa Pernambuco de Comunicação; condenação de três jornalistas por violações do código de ética profissional; mobilização de movimentos sociais e coletivos em torno das pautas da democratização da comunicação locais e nacionais; implantação da Rádio Frei Caneca do Recife; participação no grupo de trabalho de acompanhamento da implantação das propostas da sociedade civil na rádio pública recifense; 40 pedidos de acesso à informação feitos à Prefeitura da Cidade do Recife, Governo de Pernambuco e Governo Federal; uma publicação sobre o contexto da comunicação pública no Brasil e em outros países da América Latina; integração ao Conselho Editorial do jornal Brasil de Fato Pernambuco; fortalecimento da articulação com outras entidades parceiras.

• **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

Os recursos para este Programa são oriundos da Fundação Ford (<https://www.fordfoundation.org/regions/brazil/>)

• **DESTACAR SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES ATENDIDOS:**

Todas as atividades ofertadas são gratuitas

• **DESPESAS DA ATIVIDADE:**

Elemento de Despesa	Valor Anual R\$
Recursos Humanos	86.920,00
Passagem aérea	4.524,75
Hospedagem	775,30
Deslocamento local	8.525,75
Alimentação	2.048,66
Jornais e revistas (assinaturas)	270,00
Despesas postais	539,71
TOTAL ANUAL	103.604,17

PARCERIAS DO PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO E INCIDÊNCIA SOCIAL PELO DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO :

- Fundação Ford;
- Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH);
- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC);
- Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom);
- Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco;
- Universidade Católica de Pernambuco (Unicap);
- Universidade Federal de Pernambuco;
- Observatório de Mídia da UFPE;
- Terral Coletivo de Comunicação Popular;
- Jornal Brasil de Fato Pernambuco;
- Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil);
- Centro Sabiá de Desenvolvimento Agroecológico;

- Federação Pernambucana de Cineclubes;
- Intervezes Brasil;
- ANDI Comunicação e Direitos;
- Artigo XIX Brasil;
- ONG Meu Recife;
- Movimento Mulheres no Audiovisual;
- ONG SOS Corpo;
- Grupo Curumim;
- Coletivo Mulher Vida;
- Movimento OcupaMincPE;
- Movimento de ocupações secundaristas no estado de Pernambuco;
- Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE);
- Universidade Federal de Pernambuco;
- Universidade Joaquim Nabuco;
- Universidade Maurício de Nassau (Uninassau);
- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Pernambuco;
- Centro de Comunicação e Juventude (CCJ);
- Movimento Ocupe Cine Olinda.

2.1.2 – PROGRAMA EM DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO E À CULTURA

As atividades em defesa do direito à educação e à cultura tiveram início no CCLF nos idos de 1980, com o desenvolvimento de pesquisas e metodologias para a garantia de uma educação pública de qualidade, intrínseca ao direito à cultura em seu sentido mais amplo.

Em 2016, o CCLF consolida-se como uma referência na luta por esses direitos, seja pelo desenvolvimento das metodologias de formação de leitores, implantação e desenvolvimento de bibliotecas públicas, escolares e especialmente comunitárias; na incidência política ocupando assento no Conselho Nacional de Políticas Culturais; integrando o comitê Diretivo e o Comitê Pernambucano da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Fórum PE em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura; idealizando e realizando ações para o acesso à produção cultural em seu quintal, participando e promovendo debates, audiências públicas e palestras em eventos nacionais e internacionais sobre esses temas.

Atividades de Consultoria para Bibliotecas Comunitárias

Desde 2008 o CCLF é consultor contratado do Programa Prazer em Ler, do Instituto C&A de Desenvolvimento Social, sendo responsável pela formulação da metodologia para o desenvolvimento de bibliotecas comunitárias apoiadas pelo Programa em território nacional. E em Pernambuco é parceiro ativo e proativo da Releitura - Bibliotecas Comunitárias em Rede na Região Metropolitana do Recife.

Em 2016, o CCLF realizou formação política e técnica das 8 Redes Locais e da criação da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, apoiadas pelo Instituto C&A, realizadas em encontros regionais e nacional. Acompanhou e realizou capacitação de lideranças para a incidência política das bibliotecas na construção dos planos municipais e estaduais para o livro, leitura, literatura e bibliotecas para as 8 redes locais e para a Rede Nacional, sendo responsável pela visita guiada ao Congresso Nacional e o diálogo com a Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal.

Elaborou os seguintes documentos de referencia para apoiar as bibliotecas comunitárias no Brasil:

- LISTA DE REFERÊNCIAS PARA ESTUDO No. 1
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA E COMENTADA -
TEMAS: LEGISLAÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS;
- LISTA DE REFERÊNCIAS PARA ESTUDO No. 2
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA E COMENTADA
TEMAS: PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS;
- MAPEAMENTO SOBRE OS PLANOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA NO BRASIL;
- FLUXO PARA A INCIDÊNCIA NOS MARCOS REGULATÓRIOS - MAPA DE POSSIBILIDADES NO CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS;
- DESENHO DA INCIDÊNCIA POLÍTICA SOBRE OS ORÇAMENTOS PÚBLICOS.

Além das atividades de consultoria direta ao Programa Prazer em Ler, o CCLF também iniciou - como parceiro um programa de Formação Política para a Releitura, em PE, esse programa inclui a análise histórica da construção de direitos no Brasil e o direito à educação e cultura. E realizou dois encontros de formação com jovens monitores da Bibliopong - Biblioteca Comunitária da Praia da Redonda, Icapuí-CE. Essa biblioteca foi organizada com a participação ativa e sistemática do CCLF.

Ainda como desdobramento o CCLF está responsável, junto com a Releitura, para a implantação de bibliotecas comunitárias em 03 comunidades envolvidas no projeto Ciranda (<https://www.cirandainfancia.org/>), que visa desenvolver um território "amigável" para o bem cuidar da 1a. infância, em processo inicial de implantação.

• Atividades

03 Encontros de formação presencial com lideranças da Rede Nacional
05 Encontros de formação com redes locais
Participação em 03 audiências públicas
Palestra em congresso internacional em SP
Articulação com a Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal
Articulação com a Biblioteca da Câmara Federal
Articulação com o gabinete da Senadora Fátima Bezerra
12 reuniões à distância por Skype com a equipe do PPL
08 reuniões à distância por Skype com representantes da Rede Nacional e das Redes locais

Público direto:

Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias e 8 Redes Locais:
120 bibliotecas comunitárias
400 lideranças jovens e adultas, educadores sociais e bibliotecários das 5 regiões do país
03 legislativos locais
01 senado federal - envolvendo cerca de 10 parlamentares

Público indireto

Cerca de 120 mil pessoas que se beneficiam da atuação da Rede Nacional e das Redes Locais de bibliotecas comunitárias no Brasil

Resultados alcançados

Aprovação de Leis e Planos Estaduais do Livro e Leitura em 3 estados;
Aprovação de Leis e Planos Municipais do Livro e Leitura em 7 municípios
Em curso a elaboração de Leis e Planos em 04 outros municípios
Encaminhamento e aprovação da nota técnica à PLS 212/2016 (Lei da Leitura e da Escrita)

Visibilidade da bandeira de luta "Literatura como Direito Humano"

Incidência política nas áreas de educação e cultura

Além de realizar a formação para a incidência, o CCLF também ocupa espaços de participação social para a incidência, são eles:

Campanha Nacional pelo Direito à Educação - o CCLF foi um dos fundadores dessa articulação que reúne mais de 200 entidades nacionais na luta pelo direito à educação. O CCLF integra o Comitê Diretivo e o Comitê PE da Campanha. Em 2016, o CCLF participou da comissão técnica de preparação da SAM - Semana de Ação Mundial pela Educação, e mobilizou e envolveu as redes comunitárias nessa luta. Em Pernambuco, participou de diversas ações de incidência no legislativo local, para resistência aos retrocessos impostos pelo governo que ocupou a presidência a partir de maio/2016. Em 2017, a CNDE/PE indicou o CCLF para integrar também o Fórum Municipal de Educação, representando a rede da campanha.

Conselho Nacional de Políticas Culturais - Setorial de Literatura

O CCLF recebeu apoio do Fórum PE em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura para compor o CSLLL - Conselho Setorial do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas responsável pelo acompanhamento das políticas nacionais para o Setor. Nesse período o conselho produziu 6 moções de repúdio a medidas restritivas de direitos impostas pelo atual governo; protocolou o PLS 212/2016 no Senado Federal; rejeitou a proposta de realização não participativa da IV Conferência Nacional de Cultura apresentada pelo governo, reformulando os VI eixos e a metodologia proposta para a Conferência, garantindo o direito à participação.

Conselho Nacional de Políticas Culturais - Setorial de Literatura

O CCLF é um dos idealizadores e compõe o grupo gestor dessa instância de participação social para a cogestão das políticas para o setor. São realizadas reuniões bimestrais ampliadas e bimestrais do grupo gestor, a fim de acompanhar e monitorar o desempenho das políticas. Como resultado das incidências do Fórum, o CCLF foi eleito para compor o Grupo Executivo que formulará o plano estadual para o setor.

• Atividades

Participação em reuniões técnicas para a formulação de propostas

Participação em ações políticas - debates, audiências, manifestações de rua e eventos coletivos

Elaboração de propostas para monitoramento das políticas públicas

Elaboração de notas técnicas

Elaboração da metodologia para escutas às cadeias produtivas do livro e mapeamento de bibliotecas

Público direto:

CNDE - Campanha Nacional pelo Direito à Educação - mais de 200 organizações integrantes

CNDE/PE - cerca de 10 organizações integrantes

Fórum PE BLLL - cerca de 40 instituições integrantes

Público indireto

Populações em geral que dependem dos direitos à educação e cultura para terem seus direitos humanos garantidos

Resultados alcançados

Fortalecimento da resistência ao avanço do Projeto Escola Sem Partido

Fortalecimento da resistência e vitória contra a proposta de cobrança de mensalidades no ensino público superior

Avanço no processo de escutas para a formulação do Plano Estadual do Livro e Leitura em PE
Ampliação da resistência em PE pelo direito à educação pública gratuita e de qualidade
Aprovação de 01 emenda parlamentar na ALEPE – Assembleia Legislativa de Pernambuco
Aprovação de 02 emendas ao orçamento na ALEPE

Realização de atividades literárias e culturais no CCLF

Desde 2015 o Projeto “Coisas se contam nas Olindas” tem por objetivo promover sessões de contação histórias, recitais poéticos e apresentações de grupos musicais e teatrais no sítio histórico de Olinda. As edições acontecem uma vez por mês, no quintal ou no salão do Centro de Cultura Luiz Freire e a entrada é gratuita. Este projeto é realizado em parceria com a Eko Educação e Cultura e coprodução de Dayse Constantino (contadora de histórias).

Embora seu custo estimado seja de R\$ 16 mil reais mensais, todas as atividades são realizadas gratuitamente e todos os envolvidos as realizam de forma solidária. Desde 2015 contou com a participação de mais de 100 artistas: escritores, poetas, atores e atrizes, produtores culturais, entre outros.

São 10 encontros literários e artísticos realizados anualmente, sendo 7 na última sexta-feira do mês e voltados para adultos e 03 realizados no último domingo do mês e voltados para crianças.

Os temas foram discutidos e fixados para todo o calendário anual, sendo montado e finalizado metodologicamente com os voluntários e voluntárias escalados para cada uma das edições.

• Atividades

Planejamento e mobilização de parceiros

Limpeza, organização e decoração dos espaços

Planejamento de cada atividade - levantamento de materiais/ ensaios, etc.

Realização das Noites

Limpeza e reorganização dos espaços

Público direto:

cerca de 200 adultos

cerca de 70 crianças

Público indireto

Populações em geral que vivem e/ou transitam por Olinda

Resultados alcançados

Fortalecimento da identidade cultural do CCLF e sua relação com a literatura

Fortalecimento e visibilidade de parcerias

Democratização do acesso à produção e ao usufruto dos bens culturais

Curso de Formação de Mediadores/as de Leitura "Nas Asas da Palavra"

O projeto, apresentado ao Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura - Funcultura - por uma parceira do CCLF, tem o objetivo de qualificar mediadores/as de leitura e/ou educadores/as que atuam na rede social comunitária e/ou em escolas públicas e instituições de atendimento à crianças, adolescentes e jovens em risco social na região metropolitana do Recife e no estado de PE. Visa qualificar sua atuação para a defesa da Literatura como Direito Humano e sua prática como prática de promoção do Direito Humano à literatura. Fortalece o desenvolvimento de competências para a seleção de acervos e repertórios da literatura de ficção e poesia e também para a gestão e organizações de acervos literários com o objetivo de formar leitores.

Iniciado em outubro de 2016, tem término previsto para junho de 2017. Reúne uma equipe multidisciplinar de profissionais coordenados pelo Centro Luiz Freire em parceria com a Ekó - Educação e Cultura.

Atividades

13 oficinas de formação teórico práticas - perfazendo um total de 104h

04 práticas de mediação monitoradas por participantes - perfazendo um total de 16h

Público direto

20 profissionais que atuam em espaços de atendimento a crianças, adolescente, jovens e pessoas com necessidades especiais.

Público indireto

Cerca de 1 mil pessoas de todas as idades, atendidas pelos profissionais em formação.

Resultados

As avaliações positivas dos resultados nas práticas dos participantes resultaram na demanda por uma 2a. Edição do curso já formulada e que será apresentada ao Funcultura para o período 2017/2018.

Biblioteca Solar de Ler

Após 05 anos desativada, há cerca de 03 anos vimos investindo na reestruturação da Biblioteca Solar de Ler. Essa biblioteca cumpriu um papel importantíssimo como referencia para profissionais do CCLF e para educadores e produtores culturais de Olinda e Região Metropolitana do Recife.

Houve alguma dificuldade na reestruturação do espaço físico, pois como a sala que antes comportava o acervo teve parte do teto comprometida, tivemos que mudar os livros e requalificar uma outra sala para esta finalidade. Essa reestruturação, limpeza, triagem, adequação com novas estantes e mobiliário apropriado só foi possível graças a um apoio específico e pontual da CESE – Coordenadora Ecumenica de Serviços que junto com o espaço da biblioteca nos permitiu abrir também o “Café do Centro”. Espaços que se integram para criar um ambiente propício e acolhedor para o deleite da leitura.

São objetivos da biblioteca “Solar de Ler” do Centro de Cultura Luiz Freire:

- ser uma biblioteca de referencia para a formação de leitores literários
- ser uma biblioteca de referencia e suporte para a atuação do CCLF
- ser uma biblioteca de referencia para a literatura sobre a defesa de direitos humanos, especialmente nas áreas de educação, cultura e comunicação
- ser um espaço para a experimentação de práticas e produções artísticas e culturais não comerciais
- ser um espaço totalmente aberto para a comunidade em geral
- ser um espaço de articulação com o café para as produções litero-culturais e gastronômicas

Estratégias de sustentabilidade:

A biblioteca tem a perspectiva de auto-sustentabilidade através de uma campanha que já está sendo pensada para garantir a sua manutenção junto a comunidade local: moradores do sítio histórico de Olinda, adjacência e frequentadores do CCLF.

Projeto de pesquisa: Bibliotecas Comunitárias no Brasil: impactos na formação de leitores

Proposta elaborada pelo Centro de Cultura Luiz Freire em parceria com o Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas no Brasil: reflexão e prática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e com o Centro de Estudos em Educação e Linguagem da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Seu objetivo principal é Identificar, compreender e dar visibilidade ao papel que as bibliotecas comunitárias cumprem na sociedade brasileira, em especial, nos processos de formação de leitores,

construindo referencial teórico e metodológico que possa ser multiplicado pelo país. Conta com a parceria e o apoio financeiro do Instituto C&A de Desenvolvimento Social, através do Programa Prazer em Ler e pretende estabelecer alianças e parcerias com outras instituições de ensino, pesquisa e fomento que atuam no campo da leitura e das bibliotecas no país.

O universo da pesquisa é composto pelas bibliotecas comunitárias identificadas a partir de cinco fontes: a) Programa Prazer em Ler, do Instituto C&A de Desenvolvimento Social; b) resultado do edital nº 001/2013/SNBP; c) Programa Ler é Preciso, do Instituto EcoFuturo; d) pesquisa de doutorado "Bibliotecas Comunitárias como Prática Social no Brasil" da professora Elisa Machado; e e) consulta aos Sistemas Estaduais e/ou Municipais de Bibliotecas Públicas. A amostra tomou como critério de inclusão a definição de Biblioteca Comunitária estabelecida pelo Edital N° 01/2013/SNBP Ministério da Cultura (MinC) que supõe "uma iniciativa coletiva, com espaço físico determinado, criada e mantida por uma determinada comunidade, sem intervenção do poder público e que possui acervo bibliográfico multidisciplinar, minimamente organizado e que tenha por objetivo ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro".

Atividades

A pesquisa terá a duração de 18 meses e será desenvolvida em 4 fases:

1. Estabelecimento das bases conceituais, do universo e elaboração do plano de pesquisa;
2. Construção do instrumento e pré-teste/piloto – questionário;
3. Levantamento de dados – pesquisa de campo;
4. Sistematização, comunicação e publicação dos resultados.

Todas as atividades serão acompanhadas e avaliadas sistematicamente por um Núcleo Pesquisa formado por profissionais das áreas de Educação e Biblioteconomia. Além desses profissionais atuarão também no projeto, de maneira pontual e com tarefas definidas, pesquisadores, especialistas e agentes locais que trabalham nas bibliotecas comunitárias que integram o universo da pesquisa. Deverá apresentar como produto final um documento com os resultados da pesquisa apontando indicadores, estratégias, táticas e impactos das bibliotecas comunitárias na formação de leitores e, em especial, em seu letramento literário.

Público direto

180 bibliotecas comunitárias nas 5 regiões que serão investigadas diretamente

180 gestores das bibliotecas

180 usuários das bibliotecas

Publico indireto

Todas as bibliotecas comunitárias do Brasil

Gestores públicos

Financiadores privados que tem interesse na área

Resultados esperados

A pesquisa está em processo inicial. Espera-se com essa pesquisa visibilizar o impacto social da rede de bibliotecas comunitárias na formação de leitores e na transformação social das comunidades onde estão inseridas, fortalecendo assim sua capacidade de mobilização de recursos e de sustentabilidade.

• **RECURSOS HUMANOS DA ÁREA DE DIREITO À EDUCAÇÃO E À CULTURA**

Equipe Institucional				
Formação	Função	Qtde	Carga horária semanal	Vínculo com a entidade
Biblioteconomista - especialista em Literatura Infantil e Arte-terapia	Responsável pela área	01	Não definida	Pessoa Jurídica para algumas ações e voluntária para outras
Estudante de Psicologia	Secretaria Executiva da Pesquisa e Biblioteca	01	40h	MEI
Estagiária de Biblioteconomia	Aprender e realizar a organização da biblioteca literária pelo Sistema de Cores - CCLF	01	Estágio 240h	Estágio curricular obrigatório e orientado
Equipe colaborativa formada por parceiros externos que apoiam mais sistematicamente as ações				
Formação	Função	Qtde	Carga horária semanal	Vínculo com a entidade
Pedagoga	Colaboradora em várias ações / coordenação Pedagógica no Curso “Nas Asas da Palavra”	01	Não definida	Colaboradora voluntária
Gestor de biblioteca comunitária	Colaborador/ apoio logístico no Curso “Nas Asas da Palavra”	01	Não definida	Colaborador voluntário
Musicoterapeuta	Colaboradora várias ações	01	Não definida	Colaboradora voluntária
Gestores de bibliotecas comunitárias	Colaboradores em várias ações	06	Não definida	Colaboradora voluntária
Pedagoga e dirigente escolar	Colaboradora várias ações	01	Não definida	Colaboradora voluntária
Ator e produtor cultural	Colaborador várias ações	01	Não definida	Colaboradora voluntária

Abrangência territorial das ações em Defesa do Direito Humano à Educação e Cultura

Local - ações direta de formação, produção cultural e incidência nas políticas públicas

Nacional - ações direta de formação, produção cultural e incidência nas políticas públicas e através da atuação em Redes

Internacional - A convite para participar de eventos promovidos por governos e/ou fóruns de debates e congressos

• **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA A ÁREA**

Consultoria ao Instituto C&A de Desenvolvimento Social

Financiamento da Pesquisa sobre Bibliotecas Comunitárias - Instituto C&A e outros parceiros que começam a ser mobilizados como os fundos de pesquisa das universidades e do Centro Regional para el Fomento del Libro em América Latina y el Caribe – Cerlalc

Fundos mobilizados por parceiros (a exemplo do Funcultura)

Trabalho voluntário

A Biblioteca tem um plano de mobilização autônoma de recursos que deverá ser implantado no 2º semestre de 2017

• **DESTACAR SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES ATENDIDOS:**

Todas as atividades realizadas na área de educação e cultura são gratuitas

• **DESPESAS DA ATIVIDADE:**

Elemento de Despesa	Valor Anual R\$
Recursos Humanos	58.775,00
Transporte local	1.583,45
Alimentação	1.497,76
Material de expediente	277,40
TOTAL ANUAL	62.133,61

PARCERIAS DO PROGRAMA EM DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO E À CULTURA:

- Instituto C&A de Desenvolvimento Social
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação - CNDE
- Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - FPEBLLL
- Releitura - Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife
- Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias - RNBC
- Ekó Educação e Cultura
- Dayse Constantino
- CEEL - Centro de Estudos em Educação e Linguagem – Universidade Federal de Pernambuco
- Grupo de Pesquisa em Bibliotecas Públicas - GPBP da UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
- Gabinete da Senadora Fátima Bezerra
- Gabinete da Deputada Teresa Leitão
- Gabinete do Deputado Edilson Silva
- Movimento Cultural Boca do Lixo
- Cartoneira do Mar
- Guardador de Poetas
- Associação de Profissionais Bibliotecários de PE
- Estudantes de Biblioteconomia da UFPE
- Professores, mediadores de leitura, escritores e produtores culturais locais (PE)
- Conselho Setorial do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (CSLLLB)
- Universidade Federal de Pernambuco

2.1.3 - Projeto Ciranda (<https://www.cirandainfancia.org/>):

O CCLF juntamente com outras 4 instituições: Action Aid, Etapas, Mirim Brasil e Usina da Imaginação/Favela News, aprovou junto a Fundação Bernard Van Leer e OAK Foundation um projeto que objetiva uma ampla mobilização da sociedade civil, organizações, grupos informais, ativistas e famílias para criar um movimento em prol da primeira infância na Região Metropolitana do Recife. O período de execução é de 2 anos e meio. O início do projeto se deu em 1º de dezembro de 2016 e se encerra em 1º de junho de 2018.

O Projeto é um movimento em prol da primeira infância na Região Metropolitana do Recife e tem como objetivo sensibilizar e articular a sociedade civil para pensar e promover ações para a melhoria da qualidade de vida de crianças pequenas. Pretende colocar em diálogo diferentes atores sociais (inclusive o poder público), para pensar e desenvolver estratégias públicas, privadas e individuais para melhorar os cuidados de crianças com idades entre 0 e 6 anos.

Trabalhando com agentes locais, grupos comunitários e indivíduos, O Projeto Ciranda pretende sensibilizar e incrementar o nível de participação comunitária no debate público acerca da importância de uma cidade amigável ao desenvolvimento de crianças pequenas. Espera-se também ver um engajamento entre autoridades locais e membros da comunidade no planejamento urbano da cidade e prestação de serviços. Ao final do projeto pretendemos que o diálogo entre poder público e sociedade civil auxilie no aumento e melhoria de serviços voltados a crianças pequenas, e auxilie na construção de uma cidade voltada ao seu desenvolvimento. Será desenvolvido inicialmente em 4 bairros: Canal do Arruda, Rosa Selvagem e Ibura, em Recife e Peixinhos/Olinda.

O CCLF irá atuar no projeto a partir das áreas de Comunicação, Educação via Bibliotecas Comunitárias e oficinas de Orçamento Público.

• **PÚBLICO**

- Famílias com crianças entre 0 e 6 anos, população central que acessa serviços públicos na primeira infância.
- Serviços públicos locais de atenção básica, como centros de referência da assistência social, unidades de saúde da família, escolas públicas municipais.
- Associações de moradores(as), Clubes de Mães, Cineclubes, Coletivos jovens de cultura e Grupos de práticas de lazer e esporte, organizações não-governamentais locais com atuação na infância e no direito à cidade.
- Prefeitura Municipal do Recife e Olinda, através das suas diversas secretarias, com destaque para educação, saúde, esporte e lazer, infraestrutura, transporte.
- Conselhos de Direitos, como Conselho Municipal de defesa e promoção dos direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Desenvolvimento do Recife,
- Organizações Não Governamentais e Movimentos populares do Recife que atuam na temática de direitos da criança e direito à cidade.

• **DIA/HORÁRIO/PERIODICIDADE:**

O Projeto terá duração de 2 anos e meio. Aprovado em dezembro de 2016.

• **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:**

Bairro do Arruda, Rosa Selvagem e Ibura, em Recife e Peixinhos/Olinda.

• **RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DA ATIVIDADE REALIZADA:**

O que se espera é a sensibilização e incrementação do nível de participação das comunidades envolvidas no debate público acerca da importância de uma cidade amigável ao desenvolvimento de crianças pequenas. Além disso, esperamos também ver um engajamento entre autoridades locais e membros da comunidade no planejamento urbano da cidade e prestação de serviços.

• **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

Fundação Bernard Van Leer e OAK Foundation

• **DESTACAR SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES ATENDIDOS:**

Todas as atividades ofertadas serão oferecidas de forma gratuitas

DESPESAS DAS ATIVIDADES

O Projeto Ciranda foi aprovado em 2016, entretanto as atividades serão iniciadas em 2017.

PARCERIAS DO CCLF NO PROJETO CIRANDA

Bernard van Leer

Oak Foundation

ActionAid

Usina da Imaginação

Etapas (Equipe técnica de Investigação e Ação Social

Mirim-Brasil

2.1.4 - DESENVOLVIMENTO EM POVOS INDÍGENAS

O desenvolvimento, enquanto direito humano, exige o respeito às identidades étnicas, raciais e culturais; e aos processos específicos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das comunidades urbanas. O desenvolvimento encontra-se, portanto, em momentos distintos de construção nesses diferentes grupos. O CCLF sempre se colocou como um aliado nessa construção, e respeita as especificidades históricas das organizações, contribuindo para o fortalecimento de seus próprios referenciais culturais em diálogo permanente com a sociedade.

Projeto: Gestão territorial e ambiental na Terra Kapinawá

Em meados de 2015 o CCLF firmou convênio com Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN) com objetivo de apoiar o povo Indígena Kapinawá no sentido de realizar o mapeamento territorial voltados para a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) através de diagnósticos participativos com o povo indígena.

A intenção foi contribuir na implementação do PNGATI (Decreto Presidencial nº 7747 de 05/06/2012) e da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187 de 29/12/2009) atendendo a diretrizes e princípios dessas políticas. Por fim, também propomos a elaboração de publicação desta experiência de PGTA que foi elaborada em coautoria dos técnicos do CCLF e indígenas Kapinawá, e definida em conteúdo e objetivos com os Kapinawá ao longo do projeto.

A Aldeia Kapinawá Localizada no bioma da Caatinga, sendo o território habitado situado entre três municípios pernambucanos, na transição do agreste para o sertão do estado; são eles: Buíque, Tupanatinga e Ibimirim e a população estimada é de cerca de 2.000 pessoas, segundo dados das lideranças locais.

Cerca de 200 pessoas, lideranças, jovens, professores e professoras, agentes de saúde e idosos de todas as mais de 25 aldeias Kapinawá são atendidas diretamente e mais de 2 mil, indiretamente, pelas ações do projeto.

O projeto se encerrará no início de 2017, com o lançamento de duas publicações sobre o Mapeamento: uma de autoria dos indígenas e outra com o resultado do etnomapeamento do território produzido pela equipe técnica do projeto. As publicações contam com fotografias, mapas, textos e desenhos e será disponibilizada em meio físico (livros em papel) e também por via eletrônica, a publicação impressa (1.000 mil livros) será distribuída nas escolas indígenas no estado de Pernambuco e também em bibliotecas públicas na capital. A publicação digital está disponível no biblioteca virtual do CCLF no site da instituição.

Além disso, destacamos que já como resultado das discussões sobre gestão territorial, foi realizada a construção de um projeto piloto de aproveitamento de águas cinzas na sede de uma das escolas indígenas do território.

• **QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS:**

Público Direto:

Estiveram envolvidos diretamente nas atividades de formação cerca de 200 pessoas, entre as quais lideranças, jovens, professores e professoras, agentes de saúde e idosos de todas as mais de 25 aldeias Kapinawá que são atendidas diretamente.

Público Indireto:

As mais de 2 mil pessoas que compõem o território são atendidas de forma indireta uma vez que o projeto tem por objetivo pensar a estão do território como um todo.

• **DIA/HORÁRIO/PERIODICIDADE:**

O projeto foi desenvolvido in loco, no Território Kapinawá, de forma que as atividades eram realizadas em formato de oficinas descentralizadas que buscaram reunir as pessoas em três polos do território para alcançar um número maior de pessoas. As oficinas eram realizadas em aproximadamente por trimestres. O projeto teve início em agosto de 2015 e estendeu-se até o primeiro trimestre de 2017.

• **RECURSOS HUMANOS:**

Profissão	Função no Programa	Quantidade	Carga horária semanal	Vinculo com a entidade
Antropóloga	Coordenadora	03	Por produto	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Historiadora	administrativo	03	Por produto	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Biólogo	Biólogo	03	Por produto	Contrato MEI – Micro Empreendedor Individual
Antropólogo	Supervisor técnico	03	Por produto	RPA

• **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:**

A abrangência do projeto está locada no Território Kapinawá, localizado no bioma da Caatinga, situado entre três municípios pernambucanos, na transição do agreste para o sertão do estado: Buíque, Tupanatinga e Ibimirim.

• **RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DA ATIVIDADE REALIZADA:**

O principal resultado do projeto foi iniciar a reflexão sobre a importância de planejar de forma coletiva a gestão territorial e ambiental do território. Nesse sentido foram mobilizadas nas atividades de formação cerca de 200 pessoas, entre as quais lideranças, jovens, professores e professoras, agentes de saúde e idosos de todas as mais de 25 aldeias Kapinawá. Estas pessoas serão multiplicadoras da temática no território.

Além disso, todo o debate e reflexões sobre a gestão do território foram sistematizadas nas publicações do projeto, de forma que há o registro dos debates que poderão a partir de então avançar para atividades práticas para a gestão compartilhada do território.

Outro resultado imediato do projeto foi a implementação de um sistema de aproveitamento de águas cinzas de uma das escolas indígenas do território. O sistema de aproveitamento foi construído em oficina com técnicos do projeto e alunos e professores da referida escola, de forma que, estes também poderão ser multiplicadores dessa tecnologia de aproveitamento de água.

A partir das publicações, os resultados do Projeto serão disponibilizados para vários públicos, a exemplo de estudantes de todos os níveis e público em geral interessado na temática.

• **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

Edital Fundo Clima, com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Convênio com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

• **DESTACAR SE AS ATIVIDADES SÃO GRATUITAS PARA OS USUÁRIOS.**

Todas as atividades do projeto foram custeadas com os recursos do Projeto Aprovado pelo Edital Fundo Clima e gratuitas ao público destinatário da ação.

• **DESPESAS DA ATIVIDADE:**

Elemento de Despesa	Valor Anual R\$
Recursos Humanos	91.786,99
Transporte local para área indígena	5.977,26
Transporte aéreo	2.805,64
Alimentação	6.969,71
Hospedagem	640,00
Impressão de Publicação	4.083,84
TOTAL ANUAL	112.263,44

• **PARCERIAS:**

- Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)
- Associação Nacional de Ações Indigenista (ANAI)
- Povo Kapinawá

2.1.5 - PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE CONHECIMENTOS

Publicações

O CCLF tem por objetivo a produção e democratização do conhecimento, desde a sua fundação. A produção de conhecimentos no CCLF é entendida como forma de qualificar suas práticas e de subsidiar políticas públicas.

Por isso, sistematiza, organiza e edita publicações a partir de suas práticas e reflexões cotidianas. São revistas, cartilhas e livros que abordam questões que norteiam atuação do CCLF, relacionadas aos processos de democratização e desenvolvimento da sociedade, através da promoção e defesa dos direitos humanos.

Dentro desta perspectiva, as publicações trazem informações, reflexões, relatos de experiências, referenciais metodológicos e posicionamentos políticos dentro dos seguintes temas e áreas de atuação: Educação, Comunicação, Cultura, Orçamento Público, Políticas Públicas, Desenvolvimento Local de Comunidades Urbanas e Tradicionais, principalmente Indígenas e Quilombolas.

As publicações do CCLF são distribuídas gratuitamente para públicos dirigidos e segmentados dentro da temática abordada e ainda, de acordo com a disponibilidade da tiragem, para os interessados que entram em contato com a instituição.

O acervo produzido pelo CCLF ao longo desses 43 anos de existência pode ser encontrado na biblioteca da instituição e paulatinamente está sendo digitalizando nosso acervo para consulta online. Atualmente dezenove (19) publicações realizadas pelo Centro de Cultura Luiz Freire (individualmente ou em

parceria com outras organizações), entre livros, cartilhas e revistas, já estão disponíveis no site da instituição no endereço: <http://cclf.org.br/acervo/>
Outras 48 obras impressas que já estão sendo digitalizadas, de forma profissional, e deverão, já nos próximos meses, ser incluídas no acervo disponível online.

No final de 2015 e ao longo do ano de 2016, o CCLF desenvolveu uma nova metodologia para a sistematização e disseminação de saberes, consolidado na série de publicações denominadas “**No Centro do Debate**”. Realizadas a partir da organização de Rodas de Diálogo, cada uma com cerca de 30 participantes, discutindo temas específicos: políticas de leitura, direito à educação e direito à cidade. Participaram dos debates (todos abertos), além de convidados, representantes do poder público, academia e sociedade civil. O resultado foi a publicação de três números da Revista:

- As bibliotecas comunitárias e a construção do direito à leitura;
- Ação pela Educação – Como os planos nacionais, estaduais e municipais podem garantir (ou não) o direito à educação para todos e todas.

- Direito à Cidade – A peleja de cidadãos e cidadãs contra a sede insaciável do mercado imobiliário

Todas as revistas saíram com tiragens de 1 mil exemplares/cada e são distribuídas para o público que frequenta o CCLF, bibliotecas públicas e comunitárias, além da academia e organizações da sociedade civil.

Em 2016 foram lançados três livros pelo CCLF:

- “**Sobre a Mídia que Queremos - Comunicação Pública, Direitos Humanos & Democracia**” - diálogo intertextual que leva o leitor a tirar suas próprias conclusões acerca dos caminhos que deveremos seguir no que diz respeito a concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. Traz a tona o debate sobre a comunicação pública como espaço de deve ser expostas e debatidas as contradições da nossa sociedade. Publicação organizada por Ivan Moraes Filho do CCLF e por Juliano Domingues da Silva da Unicap – Universidade Católica de Pernambuco.
- “**Kapinawá: território, memórias e saberes**” – publicação resultante do Projeto/Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) junto ao povo Kapinawá, mas que é resultante, para além deste Projeto especificamente, de mais de trinta anos de atuação e de, aproximadamente, vinte anos de trabalho do CCLF em Educação Escolar Indígena com esse povo que, a partir da retomada de seu Território Tradicional, também retomou o seu processo de escolarização.
- “**O tempo e a terra: Mapeando o Território Indígena Kapinawá**” – trata da descrição sucinta da ocupação indígena, características socioambientais da Terra Indígena e entorno, organização social e política; histórico de formação da Terra Indígena, principais atividades produtivas, histórico das questões fundiárias e conflitos existentes; principais parcerias existentes entre os indígenas e as comunidades do entorno. Obs: Essa publicação saiu apenas em versão digital.

Produção de Vídeos e Documentários - Através da TV Viva, o CCLF promove a visibilidade e participa da cena cultural pernambucana; registra e divulga ações de diferentes atores sociais, através da produção de vídeos e documentários, exibidos em praças e outros espaços públicos.

Grande parte do acervo da TV VIVA foi digitalizado e arquivados em um banco de dados. Os vídeos da TV VIVA podem ser copiados e livremente utilizados, desde que sem fins lucrativos e citada a origem. Podem ser acessados atualmente pelo Youtube, no endereço:

https://www.youtube.com/results?search_query=tv+viva+olinda

- **PÚBLICO**

Grupos politicamente organizados, estudantes, professores, entidades da sociedade civil; o Estado; e a sociedade em geral.

- **RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DAS ATIVIDADE REALIZADAS:**

A partir da roda de diálogo “Contexto Atual dos Direitos Humanos em Olinda” da iniciativa “No Centro do Debate”, foi rearticulado o Fórum de Entidades da Sociedade Civil de Olinda (Fesco) que estava desativado há quase uma década e, em março e abril de 2016, realizou duas reuniões no espaço do CCLF. Porém, com o início do período eleitoral e o envolvimento de diversos representantes de entidades que manifestaram interesse em retomar o Fesco com o pleito municipal, achamos por bem suspender as atividades do fórum até um momento mais oportuno, evitando o risco de que tal fato não interferisse na sua exposição frente à sociedade como entidade vinculada a esses interesses.

- **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

- Fundação Ford – revistas no Centro do Debate e Livro “Sobre a Mídia que queremos” e na remuneração da equipe que trabalha no Programa de Comunicação e nos veículos institucionais de comunicação: site e fan page;

- Fundação Nacional do Índio (FUNAI) / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) / Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) / Associação Nacional de Ações Indigenista (ANAI) nas publicações oriundas do trabalho com o povo Kapinawá.

- **DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

Todas as publicações são distribuídas de forma gratuita.

Os vídeos da TV Viva também podem ser copiados e livremente utilizados, desde que sem fins lucrativos e citada a origem.

2.1.6 - MOBILIZAÇÃO PARA ATIVIDADES DE CUNHO EDUCATIVO E CULTURAL NO SÍTIO HISTÓRICO OLINDA

O quintal do Centro de Cultura Luiz Freire, no sítio histórico da cidade de Olinda, ao longo destes 44 anos de atuação, sempre foi palco das mais diversas atividades de natureza pedagógica e cultural, que vão desde formação de professores/as, gestores/as das redes públicas de educação de diversos municípios da Região Metropolitana do Recife-RMR; cursos nas diversas áreas das artes, cultura, comunicação e direitos, voltados para adolescentes, jovens e público em geral. Abrigou entre os anos 2000 e 2010 o Projeto “Quartas Literárias”, transformado em ponto de cultura, e que ficou reconhecido como um espaço democrático da literatura, especialmente da poesia e do teatro.

A partir de 2014 o CCLF começou a retomar a ênfase na promoção de atividades culturais em seus quintais e ao longo desses últimos dois anos recebeu uma grande demanda de artistas locais e de grupos culturais para promover e/ou participar de atividades em seu espaço. Alguns projetos que já estão em desenvolvimento em parceria com diversas entidades, artistas e/ou profissionais autônomos:

“**Coisas que se contam nas Olindas – Noites de Histórias e Música**”, que tem por objetivo promover sessões de contação histórias, recitais poéticos e apresentações de grupos musicais e teatrais no sítio histórico de Olinda. As edições acontecem uma vez por mês, no quintal ou no salão do Centro de Cultura Luiz Freire e a entrada é gratuita. Este projeto é realizado em parceria com a Ekó Educação e Cultura e coprodução de Dayse Constantino (contadora de histórias).

Sessões de cine-clubes em parceria com a Federação Pernambucana de Cineclubes – FEPEC . A Fepec promoveu ao longo do ano, sessões de cineclubes com entrada gratuitas nas dependências do CCLF. A exemplo de quando o CCLF sediou o Festival de Cultura Árabe, a Fepec comandou a sessão de cinema, com o filme “A Revolução do ano”. As sessões são seguidas de debates com convidados.

Aulas de Yoga – realizadas em parceria com profissionais da área de cuidado ao corpo. Essa atividade proporciona uma integração maior com moradores do sítio histórico e de outros bairros da RMR que (re)descobrem no CCLF um local para atividades não só educativas, formativas e culturais, mas também de cuidados com a saúde.

Confecção de Rabecas - em 2014 se instalou no espaço do CCLF, a Oficina da Rabeca de Olinda. Dois jovens mestres rabequeiros, realizam esse belo resgate da cultura da construção deste instrumento tão significativo para a cultura popular, num espaço físico antes subutilizado no quintal do Centro. Além da Produção de rabeca e outros instrumentos musicais, a dupla de rabequeiros, vem incorporando grupos de cultura popular nas atividades realizadas pelo CCLF, a exemplo de grupos de coco e forró e nas festividades juninas, onde culminou no São João do Centro, com o “Arraia da Resistência”, com o Grupo Os Rasta PE.

Grupo Totem (teatro/dança/performance/ritual) - Grupo que utiliza as instalações do CCLF para suas produções culturais, apresentou-se o resultado de um destes espetáculos em nosso espaço: “Retomada” a partir de pesquisa realizada com povos indígenas de Pernambuco, o que também se coaduna com o trabalho do Centro. Além deste, o grupo participou com outro espetáculo “Renascentia Escarlate” das festividades do aniversário de 44 anos do CCLF.

Aniversário dos 44 anos do CCLF: Nossa casa esteve especialmente movimentada em agosto, quando celebramos os 44 anos do CCLF e 32 anos da TV VIVA com diversas atividades:

- Apresentação especial do espetáculo do Grupo TOTEM
- Mini- curso de Ativismo Intercultural, com o sociólogo Flávio Cavalcanti, promovido pelo CCLF, Gestos e coletivo Brasil Catalunha
- Apresentação especial das Coisas que se contam nas Olindas - Mata Assombrada, com EKÓ – Educação e Cultura e CCLF
- Domingueira no Quintal CCLF
- Lançamento do Livro Sobre a Mídia que queremos- Comunicação Pública , Direitos Humanos & Democracia e debate com os organizadores
- Apresentação especial do espetáculo pa(IDEIA) - pedagogia da libertação com o Grupo Grão Comum
- Workshop "A Arte da Escuta Ativa e Criativa" com Laura Giménez
- Olimpíadas Artísticas - Mostra Internacional de Arte

2.1.7 - Adesão e colaboração do CCLF a Movimentos, Grupos, Coletivos da Cidade para pensar a articulação local:

- **“Eu, Morador de Olinda”** - O grupo que se formou frente ao aumento de crimes praticados na região da cidade em que se situa nossa sede e a omissão demonstrada tanto pela gestão municipal quanto pelo Governo do Estado. O CCLF foi convidado para participar do coletivo e cedeu, por diversas vezes, seu espaço para as reuniões do movimento. Nesta articulação, temos contribuído para reforçar o princípio cidadão da concepção de segurança pública que caracteriza as pautas do grupo – valorizando iniciativas de prevenção de crimes, com o estímulo à vivência comunitária e revitalização dos espaços públicos, acima da mera concepção da resposta estatal com policiamento repressivo -, além de colaborar com o nosso acúmulo na incidência social e política através de propostas de ações de exigibilidade frente ao poder público.
- **“Ocupe Cine Olinda”** um coletivo horizontal e não-partidário construído por cidadãs e cidadãos que ocupou em setembro de 2016 um equipamento público histórico da cidade, o Cine Olinda. Desde então, o movimento tem promovido frequentes sessões de exibições de obras audiovisuais mais diversas, prezando sempre pela discussão e defesa de direitos; representação da diversidade de

segmentos sociais da população; e exigido a participação social no acompanhamento da conclusão das obras do prédio e na destinação do equipamento, com cogestão entre poder público e sociedade, para garantir que o cinema se mantenha ativo e cumpridor da sua função social, servindo à pluralidade cultural da população local e não apenas como objeto arquitetônico-estético-turístico, destinado a sediar eventos empresariais, etc. O CCLF colaborou diretamente na comunicação e articulação para incidência política e diálogo com gestores públicos responsáveis pela gestão do equipamento cultural público.

- **Grupo que estava engajado na Elaboração do Plano Municipal de Direitos Humanos** - chegamos a ter três reuniões com a secretaria e o Conselho Municipal de Direitos Humanos. Porém, houve prejuízos na continuidade do processo de construção do Plano devido às difíceis relações que se estabeleceram no âmbito do Estado frente às eleições municipais. Problemas de origem político-partidária afetaram diretamente a administração da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos.
- Participações em quatro ocasiões distintas em eventos que envolviam pautas importantes à **promoção do Direito à Cidade** no município: na audiência pública sobre a lei que regulamenta os estudos de impacto de vizinhança e em seminários e oficinas referentes à **revisão do Plano Diretor de Olinda**. Em ambos, o CCLF atuou sempre pela perspectiva crítica, diante de uma maioria de participantes ligados à própria gestão municipal - algumas vezes, inclusive, como única voz a problematizar a naturalização de certas questões que abririam brechas para o avanço da especulação imobiliária predatória, que tanto vem se afirmando como uma nova e desagradável característica das cidades da Região Metropolitana do Recife. Infelizmente, devido a conflitos de agenda com outras atividades importantes para nossa incidência, não pudemos ter a participação mais profunda na revisão do Plano Diretor, cujo processo até o momento segue inconcluso, tendo como última atividade a Oficina da Proposta do Diagnóstico com as Diretrizes Preliminares que marca o início da 3ª etapa do processo de revisão, realizada nos dias 18 e 19 de novembro/16.
- No segundo turno das eleições, em outubro, também nos articulamos com outras entidades de Olinda para a realização de um **debate entre os prefeituráveis** sobre questões que envolvem a área do Sítio Histórico da cidade. O debate aconteceu nas dependências do CCLF.
- **Parceria com um escritório de arquitetura** que também está usando uma de nossas salas e que está nos auxiliando na tarefa de pensar arquitetonicamente alguns ajustes na estrutura física do CCLF, que por ser uma casa no sítio histórico, requer um olhar diferenciado.

Para o desenvolvimento das atividades, sejam institucionais, sejam de parceiros, a sede conta com uma área meio e uma infraestrutura montada:

Recursos Humanos – Área Meio

Função	Quantidade	Carga horária semanal	Vínculo com a entidade
Secretária - Executiva	01	30h	CLT
Tesoureira	01	30h	CLT
Jornalista	01	20h	MEI – Microempreendedor Individual
Assistente Administrativo	01	30h	CLT
Assistente de contabilidade	01	20h	MEI - Microempreendedor Individual
Contadora	01	Por Produto	MEI- Microempreendedor Individual
Técnico de Tecnologia da Informação (TI)	01	Por produto	MEI- Microempreendedor Individual
Serviços Gerais	01	30h	CLT

• **DESPESAS DE MANUTENÇÃO DA SEDE E EQUIPE ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E SERVIÇOS GERAIS:**

Elemento de Despesa	Valor Anual R\$
Recursos humanos	
Auxiliar Administrativo	27.089,61
Secretária Executiva	28.289,61
Tesouraria	29.962,57
Consultoria Contábil	12.400,00
Técnica em Contabilidade	13.470,00
Advogado	18.000,00
Jornalista	20.000,00
Serviços Gerais	10.560,00
Subtotal	159.771,79
Manutenção da Sede	
Telefonia fixa	3.371,21
Telefonia móvel	818,57
Água	3.908,67
Energia	11.508,42
Internet	1.163,04
Material de consumo/limpeza	6.735,30
Material de expediente	2.859,61
Cartório	657,63
Despesas postais	300,45
Manutenção da sede	14.922,00
Conservação de móveis e equipamentos	1.690,00
Aquisição de equipamentos	6.370,00
Aquisição de livros	132,24
Subtotal	54.437,14
TOTAL	214.208,93

• **RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DAS ATIVIDADES REALIZADAS:**

A grande maioria das atividades realizadas no CCLF procura incentivar a discussão política, mesmo a partir de expressões culturais. Bons exemplos foram as festas realizadas no quintal do CCLF no ciclo junino. Enquanto a festa “Arraial Só pra Mulheres”, organizada pelo bloco Vai ou Racha propunha uma reflexão acerca do feminismo, o “Arraiá da Resistência” trazia a necessidade de lugar pela conquista da democracia em nosso país.

As festividades decorrentes do aniversário dos 44 anos também foram intercaladas entre momentos culturais e debates políticos acerca da história e missão do CCLF.

As conversas e integrações entre os parceiros têm rendido frutos interessantes, que continua realizando ações em torno de temas que dizem respeito à trajetória do CCLF, como o feminismo, os direitos LGBT, e o direito à leitura e aos direitos humanos como um todo.

Seguimos.....

Todas as ações do CCLF seja no campo da educação, da cultura, da comunicação são realizadas a partir da perspectiva dos direitos humanos, ou seja, são indivisíveis, interdependentes e universais. Desta forma, quando estamos atuando na defesa das políticas públicas, onde a cultura e a educação são

compreendidos como direitos humanos. Sua articulação com a área de comunicação se dá na perspectiva da comunicação também como um direito humano tanto no acesso às informações quanto do direito a comunicar-se, desta forma a comunicação está intrinsecamente articulada às práticas de defesa daqueles direitos. Bem como o direito ao desenvolvimento. A luta pelo direito humano à educação e a cultura, é uma luta por um outro desenvolvimento possível, e é assim que abordamos e inter-relacionamos essas 04 bandeiras de direitos: educação, cultura, comunicação e desenvolvimento.

Olinda-Pernambuco, dezembro de 2016

Aldenice Rodrigues Teixeira
Presidente do Conselho Diretor
Centro de Cultura Professor Luiz Freire